

MEMÓRIAS DISCENTES DE UM GRÊMIO ESTUDANTIL: GESTÃO, DEMOCRACIA E JUVENTUDES

Larissa Martins Fernandes Amaral¹

O presente resumo expandido apresenta a discussão desenvolvida no trabalho de conclusão de curso intitulado “Memórias discentes de um grêmio estudantil: gestão, democracia e juventudes”. O trabalho abordou a relação entre o grêmio estudantil e a gestão escolar em um colégio público estadual do Rio de Janeiro. O objetivo foi compreender e descrever a relação entre o grêmio estudantil e a gestão escolar. Buscou-se refletir sobre o modo como a gestão escolar, entendida como o conjunto de diretores e coordenadores pode influenciar, positiva ou negativamente, a atuação ativa e autônoma do grêmio estudantil. Para atingir esse objetivo foram propostas reflexões a partir de experiências discentes de antigos membros do grêmio estudantil, atuantes entre os anos de 2017 e 2018. Os dados sobre as experiências gremistas foram obtidos por meio de grupo focal realizado via *Google Meet*, plataforma *online* de videoconferência. A escolha metodológica do grupo focal como meio de obtenção de dados partiu do pressuposto apresentado por Trad (2009) em que o grupo focal permite reunir informações a respeito de um tópico específico definido pelo pesquisador a priori e se baseia na comunicação e interação de um grupo. Visto a escolha metodológica, utilizamo-nos do conceito de memória coletiva de Halbwachs (2003) para analisar os relatos dos ex gremistas. Para o autor, as lembranças pessoais também são coletivas porque podem ser lembradas por outros, de modo que nunca estamos sós nos eventos que nos envolvemos e vimos. Segundo o autor, sempre levamos conosco uma quantidade de pessoas, por essa razão é importante retornar a essas pessoas para recordar com maior exatidão as lembranças em comum (HALBWACHS, 2003). Dessa forma, ao considerar as memórias dos ex-membros do grêmio estudantil, entendemos a posição de subjetividade da autora que compunha o grêmio foco de pesquisa como fator de motivação para escolha e interesse pelo tema, tal como um ponto de vista sobre a relação entre o grêmio estudantil e a gestão escolar. Na mesma direção de Halbwachs (2003), concordamos que “de bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupo e que esse lugar muda segundo as relações que mantenho com outros ambientes” (HALBWACHS, 2003, p. 69). O

¹ Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense/Campos dos Goytacazes.

trabalho, então, buscou compreender como cada sujeito a partir de sua memória individual auxilia na elaboração do quadro de memória coletiva sobre o tema pesquisado. Ademais, foi realizada uma revisão de literatura sobre o contexto histórico e social dos movimentos juvenis e estudantis brasileiros e sobre a legislação brasileira concernente à juventude que demonstrou ser preciso pensar a juventude em seu caráter plural, diversificado e heterogêneo, tal como defendido por Dayrell (2003) em que as juventudes são atravessadas por marcadores sociais de diferenças como raça/etnia, classe social, sexo e gênero que caracterizam as diferentes relações dos jovens com a juventude e com a sociedade. As juventudes também carregam, historicamente, estigmas e preconceitos, principalmente associando essa fase biológica à apatia, irresponsabilidade e incapacidade, de forma a destiná-la à desvalorização, no entanto, a literatura demonstra que a relação entre as juventudes, os movimentos estudantis e a democracia é perceptível em momentos de crise do sistema democrático brasileiro, como em ocasião da ditadura cívico militar, o que contrapõe a noção de apatia juvenil. Os grupos jovens brasileiros perseguidos durante o período ditatorial, especialmente os estudantes, se uniram de diversas maneiras para assegurar sua participação social na tomada de decisões em relação às suas vidas e ao rumo da sociedade. Após pouco mais de duas décadas de repressão, violência e criminalização, as juventudes brasileiras conquistaram e institucionalizaram sua participação política e social. Essa seguridade legal está presente na Constituição Federal (BRASIL, 1988), em documentos como o Estatuto da Juventude (BRASIL, 2013), e no concerne à participação nas esferas decisórias da educação básica, na Lei do Grêmio (BRASIL, 1985). A partir disso, o grêmio estudantil foi reconhecido legalmente como entidade representativa do corpo estudantil dentro da escola, com possibilidade de atuação nas esferas decisórias. Contudo, a literatura envolta do tema demonstrou que, na prática, um dos principais desafios à autonomia garantida pela legislação ao grêmio se dá na relação com a gestão escolar como um obstáculo à autonomia dos estudantes. Na fala dos ex-gremistas durante o grupo focal em que expuseram suas memórias sobre a atuação no movimento estudantil, esse desafio se apresentou na centralidade de informações por parte da gestão, o que acarretou em falta de informações necessárias à participação por parte do grêmio. Concluímos que a centralização de informações por parte da gestão escolar, que não disponibilizou importantes documentos para atuação do grêmio estudantil como o estatuto do grêmio estudantil e o projeto político pedagógico da escola, conforme relatam os ex-gremistas, ocasionou uma participação tutelada (FERREIRA; PEREIRA, 2017) em que o poder era distribuído de forma desigual

nas esferas decisórias, nas quais o grêmio estudantil era submetido ao aval da gestão escolar para realização de suas atividades, na contramão da autonomia garantida por lei ao movimento estudantil. Devido à ausência de informações de como atuar no grêmio estudantil, os ex-gremistas afirmaram a falta de representatividade do corpo discente no grêmio que compunham, principalmente pela inexistência de um canal de transparência e prestação de contas e pelo distanciamento com relação às demandas dos demais alunos. Os ex-gremistas afirmaram que poderiam ter exercido um grêmio democrático conforme assegurado por lei e conquistado pelos movimentos juvenis e estudantis por meio de resistência durante o período ditatorial se na época estivessem cientes das informações e documentos necessários para atuação no grêmio estudantil. Defende-se que para concretização de um grêmio estudantil ativo e autônomo que possua uma relação instituída em bases democráticas com a gestão escolar é interessante a realização de oficinas preparatórias para exercer a função de gremista, como sugere o Caderno Grêmio em Forma (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2001). Neste documento são descritas oficinas sobre o que é o grêmio estudantil, qual sua finalidade e objetivos, seu contexto histórico e social de institucionalização, quais os cargos que o compõem e suas atribuições e as legislações pertinentes à atuação do grêmio estudantil, de forma que o grêmio estudantil estará preparado para representar o corpo estudantil e defender suas demandas.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em 16 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985**. Dispõe sobre a organização de entidades representativas de 1º e 2º grau e dá outras providências. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm Acesso em 16 jul. 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013**. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm Acesso em 11 nov. 2022.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, n. 24, 2003. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300004> Acesso em 27 mai. 2022.

FERREIRA, Mileidi Formaeski Tereza; PEREIRA, Antonio Serafim. Gestão escolar e participação; a percepção dos alunos. **Revista de Iniciação Científica**, Criciúma, v. 15, n. 2, 2017. Disponível em <http://periodicos.unesc.net/iniciacaocientifica/article/viewFile/2405/3512> Acesso em 11 nov. 2022.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo, Centauro, 2003.

INSTITUTO SOU DA PAZ. **Guia Grêmio em Forma**. 2 ed. Disponível em <https://soudapaz.org/o-que-fazemos/desenvolver/prevencao-da-violencia/violencia-nas-escolas/gremio-em-forma/?show=documentos> Acesso em 11 nov. 2022.

TRAD, Leny A. Bomfim. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em <https://www.scielo.br/j/physis/a/gGZ7wXtGXqDHNCHv7gm3srw/abstract/?lang=pt> Acesso